



NOVOS CADERNOS NAEA

RESENHA



Novos Cadernos NAEA

v. 29, n. 1 • jan-abr. 2026 • ISSN 1516-6481/2179-7536



RESENHA

LEFF, Enrique. **ECOLOGIA POLÍTICA:**
DA DESCONSTRUÇÃO DO CAPITAL À
TERRITORIALIZAÇÃO DA VIDA.

Campinas – SP, Editora Unicamp, 2021, 503 P.

Deyverson Luener Oliveira Ferreira  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Thales Maximiliano Ravena Cañete  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

A obra de Enrique Leff (2021), *Ecologia Política: da desconstrução à territorialização da vida*, traz ricas reflexões para se pensar a crise ambiental decorrente da ação humana, intensificada pelo desenvolvimento técnico industrial e pelo pensamento técnico econômico, atribuído pela expansão do capitalismo. A sociedade contemporânea presencia uma crise sem precedentes atribuída por uma entropia gerada por uma racionalidade técnica científica que vem se tornando o pensamento hegemônico ao longo dos séculos. Leff, um dos mais destacados ecologistas políticos do mundo, proporciona algumas reflexões em torno da ecologia política, sendo não só uma disciplina ou área do conhecimento, como também uma nova epistemologia para compreender os fenômenos socioambientais e socioculturais, além de conduzir uma proposta para uma nova racionalidade científica ambiental, dialogando com as diferentes áreas do conhecimento e saberes que são subalternizados perante a racionalidade técnica científica moderna.

Enrique Leff é sociólogo, doutor em economia e professor da faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Suas pesquisas são relacionadas à área de política ambiental, nos campos da filosofia e da epistemologia ambiental; da ecologia política e da economia ecológica; da educação e da formação ambiental. Ele é um dos mais renomados teóricos latino-americanos nas discussões que envolvem questões socioambientais, além de ter outras obras que são referência no Brasil: *Epistemologia ambiental* (2011); *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, complexidade e poder* (2001); *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza* (2006) e *Ecologia, Capital e Cultura: A territorialização da racionalidade ambiental* (2009).

A obra *Ecologia Política: da desconstrução à territorialização da vida* foi publicada em espanhol pela editora Siglo XXI, em 2019. No Brasil, a edição em português foi publicada em 2021 pela Editora da Unicamp, com prefácio escrito por Leila da Costa Ferreira e tradução de Jorge Calvimontes. O autor Enrique Leff enriquece os leitores com conhecimentos e reflexões acerca das questões ambientais, econômicas e culturais, além de possibilitar diferentes visões sobre o entendimento de natureza e as questões ontológicas. Possibilita ainda diferentes visões sobre a crise ambiental global que a humanidade enfrenta nos últimos anos, ocasionada pelo processo capitalista e a dinâmica consumista de um mercado que usufrui da exploração de recursos ambientais, acarretando uma entropia no planeta, comprometendo a qualidade de vida da biodiversidade, da flora e da fauna.

A obra é organizada em 14 capítulos, os quais, conforme o autor explicita, foram construídos ao longo de 40 anos, fortalecendo as discussões sobre a ecologia política. Os capítulos não seguem uma sequência cronológica, mas são constituídos por uma estrutura temática, contribuindo de forma mais concreta com as discussões que envolvem o campo da ecologia política.

A ecologia política de Leff chama atenção para a crise ambiental e os questionamentos de postulados científicos, estimulando novas formas de compreender a sociedade e novas indagações nas ciências sociais sobre o modo de existência da vida humana. Enrique Leff busca, por meio da ecologia política, campo teórico inaugurado por André Gorz, Hans Magnus Enzensberger e Eric Wolf, evidenciar que por muito tempo a ciência técnica moderna fragmentou a concepção de natureza e sociedade, resultando em uma desigual distribuição de riqueza, além dos danos ambientais ao longo dos anos e seus diferentes impactos sobre as pessoas, povos e nações. Por meio da ecologia política, pode-se criar uma racionalidade ambiental, levando em conta elementos culturais e ecológicos de sociedades que sempre tiveram uma relação interligada entre a natureza e seus modos de vida.

No capítulo inicial, o autor destaca um alarme ecológico que vem se anunciando nas últimas décadas. Suas discussões ganharam destaque mundial entre os anos de 1960 e 1970, com grandes encontros internacionais para refletir sobre uma consciência emergente para o planeta. Em 22 de abril de 1970, data em que foi criado o Dia da Terra, movimento contracultura nos Estados Unidos para uma consciência antinuclear e contra a Guerra no Vietnã para impulsão do movimento ambientalista, período que marca como sendo emergente para as discussões ambientais. O Relatório de Brundtland intitulado *Nosso futuro comum* impulsionou um debate pelas publicações da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) durante a década de 1980. O autor inicialmente traz toda essa configuração dos encontros internacionais para contextualizar a necessidade das discussões que envolvem a sustentabilidade do planeta, como pensar uma sustentabilidade que não irá comprometer as questões econômicas e ambientais.

Nesse sentido, para Leff, a necessidade de se pensar em uma sustentabilidade hoje se dá em decorrência de uma ideologia de progresso do crescimento econômico e do potencial tecnológico que tem sido impulsionado com a sociedade atual. Essa concepção de vida moderna e a busca por um desenvolvimento dentro de uma racionalidade técnica científica, com formas dominantes de conhecimento e modos de produção,

foi envolvida em uma dinâmica perversa de produção e consumo desenfreado, resultando em uma crise ambiental emergente.

Dessa forma, Leff considera que diante dessa grande crise ambiental, que levou o planeta à beira de um “precipício”, as discussões socioambientais ganharam força dentro de diferentes campos: científicos, políticos e econômicos. A racionalidade econômica operada pelo capitalismo passou a explorar os recursos da natureza, transformando as matérias-primas, pela força do trabalho, em objetos de consumo e valor, pelo mecanismo autorregulador do mercado. Com a necessidade de conduzir uma nova forma de crescimento econômico, as discussões sobre a sustentabilidade ganharam grande força dentro de uma ótica internacional e política. Porém, o autor chama atenção para um desenvolvimento econômico levando em consideração a noção de sustentabilidade do planeta. Leff (2021, p.22) afirma que “a sustentabilidade fez sua entrada no vocabulário da economia e da vida cotidiana como um significante messiânico que salvaria a humanidade, restaurando o mundo tecnológico” [...]. Assim, para ele, a sustentabilidade entraria em um mito dentro da racionalidade moderna, pois se transformaria em um verdadeiro paradoxo, em que o mercado e o desenvolvimento econômico a usurpariam para camuflar a ordem tecnicoeconômica.

De acordo com o autor, o planeta está sendo levado a uma degradação entrópica, impulsionada pelo processo econômico do capital. Essa ação está causando a destruição e o desequilíbrio do sistema ecológico que dá suporte à vida e à resiliência cultural. Assim, dificilmente a sustentabilidade dará espaço para se pensar em potenciais ecológicos e alteridade de vida. Por outro lado, Leff (2021) vê nos *potenciais neguetrópicos* um modo de produção de vida baseado na fotossíntese, no manejo dos processos ecológicos e produtores da vida da biosfera e na responsabilidade ética, a ação e criatividade na condição humana, fundamentado em uma racionalidade orientada a conservar, potencializar e dignificar. Esse processo é semelhante ao que é atribuído na cultura dos povos originários, que, com suas tradições, sempre tiveram sua coevolução da cultura com a natureza. Além disso, os povos originários detêm diferentes relações com os territórios, constituindo em sociedades sustentáveis que perduram séculos de convívio com o ambiente sem uma degradação irreversível.

A questão de quem é a natureza e a disputa social da sustentabilidade, tratada no capítulo 2, envolve uma discussão dentro da gênese das concepções de sustentabilidade. Segundo Leff (2021, p. 37), “a sustentabilidade não é o estado da natureza na era do Antropoceno [...]”, a exploração dos recursos e

a degradação do ambiente são resultados da racionalidade tecnoeconômica, a qual incorporou a natureza ao campo da economia e da acumulação do capital que tem destruído as bases ecológicas de produção. Assim, como resposta a essa crise ambiental, se estabelece atualmente um discurso de internalização de valores e potenciais da natureza para gerar o processo de desenvolvimento “sustentável” ou “sustentado”, nos quais a sustentabilidade tornou-se como fiel balança do campo do conflito para a ecologia política, confrontando-se em diferentes concepções ontológicas e diferentes modos de compreensão das estratégias de valorização da natureza (Leff, 2021).

Nessa concepção, Leff considera que, para se refletir sobre os processos de sustentabilidade, é importante compreender como se dá a *distribuição ecológica*, o processo de apropriação da natureza e como as grandes indústrias conseguiram, ao longo dos séculos, se apropriar de territórios para usufruírem de recursos naturais. Nesse sentido, o autor chama atenção para a distribuição ecológica que não se refere apenas ao direito da humanidade em povoar o planeta, consumir energia, mas no processo de valorização da natureza fora da ótica do domínio econômico, mobilizado por atores sociais e por meio de materiais simbólicos (sobrevivência, a identidade, a autonomia, a sustentabilidade e os direitos de existência). Assim, Leff (2021) defende uma ecologia política pela diferença ontológica, pela ótica da incomensurabilidade ambiental, e traz uma reflexão sobre os conflitos na apropriação da natureza. Para o autor, os povos da terra constroem condições de sustentabilidade, proporcionando uma resiliência e equilíbrio incorporados em uma racionalidade ambiental, fundamentando-se em suas potencialidades e nos limites que se estabelecem no ambiente, respeitando as leis termodinâmicas e as condições ecológicas.

Mais adiante, em sua obra, Leff discute em torno da racionalidade ambiental, no capítulo 3. Segundo ele, esta é incorporada à desconstrução do pensamento técnico-científico, que fragmentou a relação entre cultura, sociedade e natureza. Para definir a concepção de racionalidade ambiental, o autor traz discussões em volta de uma ecologia cultural, em que as sociedades tradicionais exercem condições ecológicas e culturais de sustentabilidade, incorporadas às práticas produtivas tradicionais, refletindo sobre suas formações simbólicas e quanto a suas práticas produtivas, estruturando e reestruturando os processos de coevolução com a natureza e as transformações ambientais e assimilação cultural. Outro ponto que o autor aborda são as complementaridades ecológicas, temporalidades culturais e identidades étnicas. Os ordenamentos ecológicos e processos produtivos

foram moldados pelos espaços e territórios tradicionais, pelos ciclos ecológicos e pelas características ecológicas daquele ambiente, relacionados a um manejo sustentável e produtivo, considerando as condições climáticas e cada estação, além do uso de determinadas espécies e o manejo integrado a variedades genéticas, dependendo das condições topográficas.

As sociedades tradicionais conduzem estratégias ecológicas e vão se moldando conforme as necessidades ambientais, necessitando de uma diversificação da produção e de saberes. Essas sociedades, ao longo do tempo, adquiriram um potencial ambiental para o desenvolvimento sustentável de cada região e de cada comunidade. Além disso, por meio de suas cosmovisões adquiriram conhecimentos, saberes e costumes, além de práticas entrelaçadas às formações simbólicas e sistemas taxonômicos, por meio dos quais são classificados o ambiente e seus recursos. Os saberes locais de sociedades tradicionais são incorporados a um processo emancipatório que revaloriza a diversidade cultural e proporciona uma compressão das relações entre um e o outro, além de elementos exteriores e condicionantes.

Entre os capítulos 4 e 5, Leff conduz uma discussão sobre a justiça ambiental, dentro do direito coletivo e dos bens da humanidade e da geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. Ele desenvolve sua crítica ao processo de globalização econômica e ao processo de capitalização da natureza, chamando atenção para as estratégias que as empresas e indústrias internacionais têm exercido nesse cenário de “desenvolvimento sustentável”. Para Leff (2021), elas adotaram estratégias de “formas de valorização econômica da natureza”, como mecanismos de mitigação e como proposta de inserir mercado de carbono, mascarando uma racionalidade econômica revestida de um desenvolvimento sustentável, em que a própria ciência foi impulsionada com esses discursos de “novos salvadores da natureza”.

No final da década de 1960, surgiu a consciência ambiental sobre os limites do crescimento, tornando-se uma questão política nos anos de 1970, após a conferência Sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972. Esse cenário mundial abriu espaço para debate sobre as questões ambientais nos diferentes países do mundo, dando início para a constituição do campo da ecologia política. Nesse contexto, Leff elabora uma crítica ao discurso de desenvolvimento sustentável que se instalou na configuração mundial. A construção da ideia de “sustentabilidade” foi usurpada por uma visão centralizadora e tendenciosa, enfatizando sua crítica a uma ideia de sustentabilidade que estava revestida de uma

racionalidade técnica econômica, resultando em políticas e ideologias apenas para o crescimento econômico. Essa ideia de sustentabilidade, que visava o crescimento econômico, invadiu diversos campos do conhecimento, tornando-se estratégia de capitalização da natureza e penetrando o discurso oficial de políticas governamentais e as legislações ambientais.

A ideia centralizadora de sustentabilidade foi incorporada dentro das organizações internacionais assim como os acordos internacionais ambientais. Várias entidades abraçaram a ideia dentro dessa racionalidade técnica científica, muitas vezes negando a existência de territórios e a “política do lugar” que era estabelecido pelos povos e comunidades tradicionais já instalados nos territórios. A sustentabilidade em uma racionalidade técnica científica, negligência a existência de territórios culturalmente manejados, conduzidos por uma política do lugar, estruturados por bases ecológicas e de sustentabilidade, exercendo seu poder de autogestão para controlar a degradação do ambiente. Esses territórios são reivindicados para as pessoas construírem seus modos de vida e existência.

Em meio ao processo de territórios culturalmente ecológicos, a racionalidade ambiental e o fim do naturalismo dialético, discutidos no capítulo 6, o autor discorre sobre como essas populações constituem uma racionalidade dentro da relação com o ambiente ecológico, cultural e identitário em que estão envolvidos, o que Leff vem denominar de racionalidade ambiental por uma cosmovisão da vida. A racionalidade ambiental, para Leff (2021, p.144), “vem para problematizar os princípios epistemológicos e ontológicos, as bases do conhecimento e da compreensão de mundo nas quais buscam estar fundamentadas as práticas do ecologismo”. Essa racionalidade ambiental tem uma relação com a ecologia social, e Leff a relaciona ao pensamento de Murray Bookchin sobre a ecologia social.

Ao trazer o pensamento de Murray Bookchin para as discussões em torno da ecologia social, Leff relaciona pontos importantes para fundamentar o pensamento da racionalidade ambiental. No pensamento de Bookchin, uma crítica à ecologia dialética é elaborada, mas mesmo ele exercendo uma crítica, carrega conceitos da própria dialética para discussões dentro da própria ecologia. Nesse sentido, Leff adentra a discussão sobre o materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Engels. Para o autor, o método de estudo que os teóricos criaram para compreender a ordem social dentro das dinâmicas capitalistas foi fundamental para entender as contradições dentro do modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, Enrique Leff enfatiza uma crítica ao método do materialismo histórico-dialético. Para ele, o método é fundamental para compreender as sociedades e suas contradições, como Marx e Engels fizeram para compreender as contradições dentro da ótica da sociedade capitalista e o modo de produção. Entretanto, para Leff o método estabelece uma visão da centralidade humana e sua materialização das relações sociais, em que, dentro de um estudo que leve em consideração os processos ecológicos, sociais, culturais, simbólicos e metafísicos, precisaria quebrar essa ideia de centralização humana, precisaria conduzir uma nova visão e quebrar um reducionismo para entender as complexidades em que as sociedades socioambientais estão envolvidas.

Leff elabora sua crítica ao método do materialismo histórico-dialético. Sendo ele um marxista, contextualiza que apesar de o método não se enquadrar em uma abertura para compreender as questões socioambientais e corresponder a uma abordagem na ecologia política, foi um dos percussores para esta, ou seja, a ecologia política pode ser considerada uma nova releitura de uma proposta de um novo materialismo dialético. Assim, Leff critica o método, mas percebe a necessidade de uma releitura deste.

Em seguida, no capítulo 7, Leff traz uma discussão envolvendo a teoria do valor em Marx, explorando a relação com o processo tecnológico e as forças produtivas dos recursos da natureza, sendo importante considerar que a teoria de Marx está no coração do materialismo histórico-dialético. Assim, o autor adentra a discussão de trabalho e a relação com a produção do valor, por meio do qual o processo capitalista vem modulando a relação entre o trabalho e produto desse trabalho, além da relação entre o homem e a natureza. Dentro da teoria da mais-valia de Marx, o autor viu esse processo se estender no processo da lei da oferta e procura, que não pode ser visto apenas como um problema econômico, mas se estende dentro de um problema socioambiental. Assim, Leff é bem cauteloso ao discutir as ideias de Marx para relacioná-las às questões socioambientais, correlacionando-as a aspectos orgânicos do próprio capitalismo.

Dessa maneira, os processos tecnológicos foram incorporados às dinâmicas capitalistas. A tecnificação e cientificação, a crescente produção de matérias-primas, a circulação das tecnológicas e seus produtos apresentaram diversos problemas, como a redução do emprego e a distribuição desigual do capital, o trabalho intelectual tornou-se o centro do trabalho produtivo, além de outros problemas gerados como a contribuição dos processos ecológicos e a oferta de recursos naturais. Nesse trecho, o

livro aborda a teorização qualitativa do valor na apropriação capitalista da natureza. A expansão massiva do capitalismo gera um aumento do trabalho e do processo produtivo, além de um crescimento sobre a exploração dos recursos naturais, em escala global, com a alteração do meio ambiente pelo processo de produção.

A revolução técnica-científica tem moldado as relações entre o homem e a natureza, além das alterações dentro do processo produtivo, o avanço tecnológico que contém um valor produzido sobre as matérias-primas e dos produtos intermediários consumidos. Logo, esse processo em meio à produção, em uma racionalidade técnica-científica ao longo dos anos, tem adquirido tendências dominantes dentro de uma dinâmica de desenvolvimento da internacionalização do capitalismo, utilizando as forças da natureza e da ciência na produção de mercadorias e apropriação dos recursos ambientais. Consequentemente, o trabalho nos contextos dos territórios tradicionais foi subalternizado por conta dessa tendência hegemônica e dominante, desarticulando a produção dessas populações, o que autor vem discutindo dentro da teoria qualitativa do valor.

No capítulo 8, Leff aborda uma discussão em volta da exploração do campesinato à emancipação dos povos da terra. Ele tece uma crítica ao marxismo que centralizou muito dos estudos da sociedade e das relações sociais em uma configuração urbano-centro-capitalista, ausentando-se das discussões em torno dos camponeses. Ainda que o marxismo entenda a relação da saída com campesinato da Europa para entrada na sociedade capitalista industrial, existe uma necessidade de estudos em compreender a complexidade e a configuração que giraria em torno da pobreza dos camponeses. Para compreender a relação dentro do processo de trabalho do campesinato, seria necessária uma nova “teoria geral do valor”, além de tratar de elementos mais complexos que se interligam às relações de trabalho e modos de vida, como o território, suas identidades a seus modos de produzir dentro de suas condições de vida, por uma perspectiva ontológica, histórica, antropológica, social e ecológica.

Ao adentrar nas discussões sobre a pobreza da teoria, o autor critica o modo de produção capitalista que se tornou uma estrutura edificada de suporte do mercado e do processo de consumo, enquanto a economia de subsistência fornece parte substancial dos meios básicos de sobrevivência. A explicação dos economistas gira em torno de que os camponeses são obrigados a oferecer e vender seu trabalho sazonal no mercado e que sua economia de subsistência é insuficiente. No entanto, Leff contesta que a

economia dos camponeses é insuficiente e tradicionalmente pobre, mas por meio de um colonialismo e depois de uma ideia capitalista provocaram um processo de empobrecimento e subalternidade, além da devastação dos territórios e a desapropriação deles, como também a tomada e a exploração de seu patrimônio cultural e de recursos naturais, além da colonização de suas práticas tradicionais e apropriação de seus conhecimentos. Assim para Leff (2021, p. 215):

Os povos indígenas e camponeses foram deslocados a terras marginais e menos produtivas, o que justificaria a prevalência da renda diferencial como a explicação de sua persistência, esquecendo as causas e os processos históricos que determinam as condições de diminuição da produtividade e da sustentabilidade de seus territórios.

Nessa linha de pensamento, o autor enfatiza como o modo de produção dominante tem marginalizado e subalternizado o trabalho de camponeses fora de uma ótica capitalista. Nesse sentido, o processo de produção capitalista adentrou as dinâmicas no que se refere ao trabalho tradicional, usufruído dos saberes e conhecimentos desses trabalhadores, assim como também em seus modos de vida; esse fenômeno aconteceu na produção de milho transgênico nos Estados Unidos, como as grandes indústrias apropriou-se da produção de milho e alterando o processo de produção que afetou diretamente os pequenos produtores dentro das dinâmicas tradicionais. O autor utiliza o livro “O capital”, de Karl Marx, para explanar sobre como o processo capitalista tem adentrado as camadas do trabalho humano. Além disso, faz outras relações que são tratadas por Marx em “O capital”, como o processo de exploração dos trabalhadores e o processo do problema dos trabalhos de camponeses. Segundo ele, a segunda contração do capital seria a exploração e a contradição da expansão do capitalismo através dos recursos naturais. Em seguida, Leff traz uma nova releitura das ideias marxistas dentro de um ecomarxismo e uma racionalidade ambiental para entender essas dinâmicas que giram em torno de uma configuração socioambiental. Assim, para Leff, a ecologia política possibilitaria uma nova configuração para entender as dinâmicas socioambientais e socioculturais, trazendo o processo de resistência e existência do campesinato, a reinvenção do modo de produção e de vida, adquirindo estratégias de emancipação ecológicas, de autonomias e modos de vida, de saberes e coexistência.

No capítulo 9, Leff trabalha as discussões que envolvem o ecomaxismo diante da questão ambiental, entre o processo dialético da história e o de territorialização. Para o autor, a necessidade de uma releitura das

discussões marxistas se dá pela ausência de uma relação com as questões ecológicas e socioambientais. O autor chama a atenção para a ausência de estudos que abriram caminho para uma discussão envolta da racionalidade ambiental, porém, a racionalidade técnica científica tornou-se o centro das discussões e das relações ecológicas mediante a um pensamento dominante e homogeneizador. Ele compreende que os escritos de Karl Marx foram elaborados em um período que as discussões ambientais ainda não tinham tanta emergência como na contemporaneidade, mas dentro da relação entre o campo da política econômica e da teoria geral da economia que impuseram uma racionalidade central.

Nesse sentido, as discussões sobre a natureza e a cultura tornaram-se um campo separado, no qual a natureza precisaria ser algo dominado e transformado pelo homem através do trabalho, e a materialização desse trabalho transformaria a natureza pelo seu modo de produção. A visão marxista inicialmente viu a natureza como algo ausente das relações sociais, “essa percepção do efeito da produção na destruição da natureza não gerou uma resposta teórica por meio de uma crítica interna dos conceitos marxista” (Leff, 2021, p. 239).

O conceito de natureza trazido por Marx adentra a configuração da discussão ontológica. Leff faz uma relação com o pensamento de Schmidt, para o qual, dentro da ideia de natureza marxista, as leis naturais devem ser aplicadas diretamente nas relações sociais, como o darwinismo social. Para Schmidt, contrapondo essa vertente, a relação entre natureza e sociedade precisa estar presente em uma racionalidade ambiental que resultará em uma práxis social, que implique na desconstrução da metafísica naturalista, ou seja, na história geral a racionalidade técnica e o capitalismo quebrou a possível unicidade entre a sociedade e a natureza, estabelecendo uma fragmentação que instaura uma racionalidade do domínio desta.

De acordo com Leff, a racionalidade moderna que fragmentou a natureza da sociedade incorporou uma tendência capitalista que foi expandida no processo de exploração dos recursos naturais e de forma totalmente descontrolada. O pensamento moderno viu o processo de desenvolvimento através de um modo de produção consumista e perverso da natureza. A racionalidade moderna tornou-se cega dentro de suas próprias contradições, o progresso da reprodução expandida pelo capitalismo gerou problemas globais que não estão restritos somente a questões ambientais. Daí, o autor vem problematizar as questões de complexidade geradas por

esses problemas socioambientais e abre caminho para novas indagações que o marxismo pode possibilitar para novas perspectivas de análise.

Em seguida, no capítulo 10, o autor aborda o decrescimento ou desconstrução da economia para se pensar em um mundo sustentável. Ele traz algumas reflexões sobre o paradoxo dentro do desenvolvimento econômico, como o progresso tecnológico, metabolismo industrial e o consumo exossomático implicam na expropriação destrutiva da natureza. O autor propõe reflexões sobre a necessidade de um decrescimento e desconstrução da economia, pois, através da transição da modernidade à pós-modernidade, implicou-se em passar pelos movimentos anticulturais na chegada de um “pós”, inaugurando a época da “des”, iniciada pelo movimento chamado *des-construção*. Desconstruir a economia insustentável significaria questionar o pensamento, a ciência, a tecnologia e as instituições que instauraram a racionalidade da modernidade (Leff, 2021).

Para pensar em uma nova ressignificação e a construção de um futuro sustentável, seria necessário reverter a racionalidade que tem impulsionado a entropia do planeta, ou seja, possibilitar uma economia dentro dos potenciais neguentrópicos, levando em consideração uma economia baseada nos potenciais ecológicos, na inovação tecnológica e na criatividade cultural dos povos. Além disso, precisa, através de uma racionalidade ambiental, se conduzir uma nova forma de ver o mundo, atribuindo uma ressignificação da natureza, confrontando o modo de produção que degrada os potenciais ecológicos.

Já nos capítulos finais, entre o 11, 12 e 13, Leff propõe uma discussão mais direcionada aos conceitos de ecologia política, intensificando a relevância dos povos da terra junto de seus saberes e sua relação com o meio ambiente, como caminhos para se pensar em uma sociedade sustentável. Além disso, para o autor, o processo de resistência e existência dos povos indígenas e as comunidades tradicionais criaram um mecanismo contra-hegemônico, reinventando-se contra as tendências colonialistas de dominação. Do mesmo modo, moldaram seus modos de vida através do meio ambiente, construíram novas formas de subsistência vinculado ao meio ecológico.

No capítulo 11, Leff trata de discutir o conceito de ecologia política em uma perspectiva latino-americana, sendo uma forma de pensamento que tem relação com as áreas do conhecimento entre a geografia humana, ecologia cultural e etnobiologia. Do mesmo modo, a ecologia política tem uma forte influência nas discussões marxista e neomarxistas, com

textos pioneiros escritos por Murray Bookchin, Eric Wolf, Hans Magnus Enzensberger e André Gorz. Nesse sentido, conforme Leff (2021, p. 328),

Como nova disciplina- novo campo de investigação teórica, pesquisa científica e ação política -, a ecologia política emergiu, principalmente, de abordagens neomarxistas a questões de expansão que, associadas à irrupção da crise ambiental e da configuração de uma episteme ecológica, resultariam no esquecimento das condições estabelecidas pela natureza para o marxismo ortodoxo.

Nesse sentido, o autor vem discutindo o conceito de ecologia política, sua relevância para uma nova forma de compreender os fenômenos socioambientais, relacionando-o com aspectos culturais e econômicos. A ecologia possibilita ser um campo de investigação que engloba diferentes áreas do conhecimento que a racionalidade técnica científica fragmentou. Assim, a ecologia política permite um campo denominado *diálogo dos saberes*, relacionado aos diferentes conhecimentos dos povos e de comunidades tradicionais, articulado a outras áreas de conhecimento. O autor prossegue sua discussão sobre ecologia política junto a outros conceitos, como o da racionalidade ambiental, ecomarxismo, economia ecológica, política da diversidade cultural, as identidades étnicas e os diálogos dos saberes.

De acordo com o autor, a ecologia política proporciona uma nova forma de entender a relação entre cultura e natureza, que foi separada em uma racionalidade técnica científica moderna, contribuindo para uma nova racionalidade ecológica em que a sociedade é um sistema interligado por dinâmicas ecológicas e culturais. Para pensar as questões ambientais e ecológicas é preciso partir por diferentes visões de mundo, transitando em uma relação com as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando uma alteridade ecológica, possibilitando as reais condições de vida e existência, além de contribuir para processos emancipatórios.

Dando continuidade na obra, no capítulo 12, o autor discorre sobre as relações de poder do conhecimento no campo da ecologia política. Assim sendo, Leff conduz uma crítica a um pensamento dominante que foi imposto no campo científico, resultando em uma crise ambiental global. A ecologia política busca desconstruir essa visão de pensamentos hegemônicos que estabeleceu condicionantes na forma de pensar e entender o mundo e as relações socioambientais, junto a um conhecimento científico e da razão tecnoeconômica que institucionalizou o mundo globalizado. A crise ambiental exige pensar em um novo estado de conhecer o mundo; as

condições termodinâmica-ecológicas e simbólico-cultural da vida orgânica e humana (Leff, 2021).

No capítulo 13, Enrique Leff escreve com Carlos Walter Porto-Gonçalves¹ sobre a ecologia política na América latina, a reapropriação social da natureza, reinvenção dos territórios e construção de uma racionalidade ambiental. Abre-se espaço para uma discussão dentro do debate político sobre a necessidade de uma ideia de uma sociedade sustentável mediante a emergência da crise ambiental. Nesse sentido, os autores adentram as discussões em torno do processo de territórios, territorialidades e territorialização, como os povos e comunidades tradicionais adquiriram uma relação de sustentabilidade em seus territórios, e como essa discussão ganhou expansão dentro do campo político e jurídico, sendo um embate que perdura até hoje pela luta de terras.

A importância dos povos e comunidades tradicionais para o processo de conservação de determinadas áreas ambientais foi confrontada dentro do campo científico, político e legal. Assim, nasce um processo de criação de unidades de conservação ambiental que permite o processo de manejo pelas comunidades tradicionais, como no caso das reservas extrativistas, que ganharam repercussão mundial com a morte de Chico Mendes, importante liderança pela defesa da Amazônia e dos seringueiros por seus territórios.

Sendo importante destacar a importância dos *agentes sociais* para o processo de conservação e resistência para os territórios ecológicos tradicionais. Esses agentes, ao longo do tempo, conseguiram estruturar saberes que constroem um mecanismo de *auto-equilíbrio* ambiental, atribuindo uma relação entre os processos de identidade, cultural, fatores econômicos e de produtividade neguentrópica. O saber tradicional desses agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, produz condições de vida e diversidade de cultura, ressignificando, reafirmando e atualizando as suas identidades culturais na reterritorialização de seu mundo.

No capítulo 14, o último da obra, o autor escreve sobre o devir da vida e transcendência histórica, as vias abertas e os diálogos dos saberes. Leff se propõe a discutir sobre como os diálogos dos saberes suplantam a compreensão do sentido da história instaurado na ciência moderna pelo idealismo transcendental. Para possibilitar uma nova visão de mundo, levando em consideração as questões de uma nova racionalidade ambiental,

¹ Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023) foi um geógrafo, professor doutor na Universidade Federal Fluminense. Desenvolveu vasta pesquisa com os mais diferentes grupos sociais e sua relação com a natureza na Amazônia. É autor de *os (des)caminhos do meio ambiente* e de *Amazônia, Amazônia*.

é necessário proporcionar um diálogo de saberes, que antes foram subalternizados ou excluídos por uma racionalidade técnico-científica, como os de povos e comunidades tradicionais que conduziram uma estrutura de pensamento por séculos, mas que foram silenciados e usurpados por uma racionalidade hegemônica. Para pensar em um diálogo dos saberes, além da diversificação e da alteridade dos sentidos, a humanidade precisa desconstruir o pensamento hegemônico que gerou um colapso socioambiental, é necessário ser criada uma nova forma de pensamento que leve em conta outras visões de mundo entre os modos de compreensão da vida.

Portanto, a obra de Enrique Leff se concretiza como fundamental para compreender a definição de ecologia política, além de proporcionar ampla e completa discussão sobre os problemas gerados por um processo capitalista que vem degradando o planeta, ocasionando uma grande crise ambiental, resultado de uma racionalidade insustentável que foi impulsionada pelos processos de modernização e avanço das tecnologias. Para Enrique Leff, a ecologia política transita em uma área do conhecimento que visa desconstruir o pensamento unificador hegemônico, proporcionando um diálogo dos saberes para entender diferentes configurações que se encontram nas relações socioambientais, através de uma regionalidade ambiental, e os dinamismos de povos e comunidades ambientais que envolvem uma relação autossustentável com o meio ambiente. Por fim, a obra proporciona um leque de discussões em volta das questões socioambiental-culturais que poderiam ser trabalhadas nesta resenha, entendendo o quanto essa obra possibilita das dimensões de questões colocadas, além de ser uma forma de agradecer a parabenizar Enrique Leff pelo brilhantismo desse livro permitindo e o privilégio de poder conduzir este texto.

REFERÊNCIAS

LEFF, E. **Ecologia política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo – SP: Cortez Editora, 2001.

LEFF, E. **A racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau – SP, Editora da FURB, 2009.

LEFF, E. Sociedade, política e natureza: conhecimento para qual sustentabilidade? **Novos Cadernos NAEA**, v. 19 n. 2, p. 9-20, maio-agosto, 2016. (Conferência inédita de abertura do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), em Belém, Pará, 2012).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 27^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Submissão: 01/06/2025 • Aprovação: 28/04/2026